

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.664 - RO (2019/0245802-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A**
ADVOGADOS : **MARCELO FERREIRA CAMPOS - RO003250**
CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO003861
BRUNA REBECA PEREIRA DA SILVA - RO004982
MIRIANI INAH KUSSLER CHINELATO - DF033642
LUCIANA SALES NASCIMENTO - RO005082
ARI BRUNO CARVALHO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RO003989
RECORRIDO : **ANGELA MARIA DA SILVA MENDES**
RECORRIDO : **FRANCISCO MENDES BEZERRA**
RECORRIDO : **J M B**
RECORRIDO : **RAIMUNDO MENDES BEZERRA**
RECORRIDO : **MOISES MENDES BEZERRA**
ADVOGADOS : **VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA E OUTRO(S) - RO002479**
DENISE GONÇALVES DA CRUZ ROCHA - RO001996

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra o acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E LUCROS CESSANTES. RECURSO DO AUTOR.

1) AGRAVO RETIDO INTERPOSTO PELA RÉ. FALTA DE PLEITO EXPRESSO PARA SEU CONHECIMENTO NAS CONTRARRAZÕES. NÃO CONHECIMENTO.

'O não atendimento do § 1º, do art. 523 do CPC, pedido nas razões ou contrarrazões recursais para que o Tribunal aprecie o agravo retido, constitui óbice para a admissibilidade do mesmo.' (AC n. 2012.021362-8, rel. Des. Guilherme Nunes Bom, j. em 24.04.2012).

2) RECLAMO DO AUTOR.

NULIDADE DA SENTENÇA. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL ANTE AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO EXPRESSA ACERCA DOS PONTOS VERTIDOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARGUMENTO RECHAÇADO. DECISÃO QUE SE MANIFESTA SOBRE TODOS OS ASPECTOS DEBATIDOS AO LONGO DA LIDE. ACLARATÓRIOS INTERPOSTOS COM NÍTIDO PROPÓSITO DE REDISCUTIR AS MATÉRIAS CONTRÁRIAS AOS INTERESSES DO RECORRENTE. VIA INADEQUADA. PRELIMINAR AFASTADA.

3) MÉRITO.

ATIVIDADE PESQUEIRA SUPOSTAMENTE PREJUDICADA PELA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FOZ DO CHAPECÓ. ALMEJADA INDENIZAÇÃO DIANTE DA INVIABILIDADE DA PESCA NA REGIÃO ATINGIDA PELO EMPREENDIMENTO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EXEGESE DO ARTIGO 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE PROVA QUANTO AO NEXO CAUSAL E À RESPONSABILIDADE DA

DEMANDADA PELO EVENTO DANOSO. ATO ILÍCITO INDEMONSTRADO (ART. 333, I, DO CPC/73). PRETENSÃO AFASTADA.

'Nesse passo, se a autorização do Poder Público para a implantação de uma Usina Hidrelétrica pressupõe a aprovação de prévios estudos de impacto ambiental e medidas de compensação, bem como regras de funcionamento minimizadoras de novos danos, a responsabilização civil por prejuízos exige a prova segura de conduta operacional da empresa que extrapole os limites estabelecidos para sua atuação ao tempo da concessão.

Com efeito, tratando-se de responsabilidade objetiva, somente quando sobejamente comprovado que a ação desconforme da Usina, em desalinho às normas de proteção ao meio ambiente assumidas, conduta ilícita portanto, foi o fato gerador do prejuízo demonstrado pelo interessado, se estabelece o imprescindível nexo causal justificador da imposição do dever de indenizar.' (AC n. 0001464-53.2011.8.24.0059, rel. Des. Subst. Luiz Felipe Siegert Schuch, j. em 14.12.2016).

4) HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS. APLICAÇÃO DO ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/15. POSSIBILIDADE DE ARBITRAMENTO POR EQUIDADE. FIXAÇÃO NO IMPORTE DE R\$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO" (fls. 2.295/2.296, e-STJ).

Os embargos de declaração opostos pelo agravante foram rejeitados (fls. 2.342/2.365, e-STJ).

No recurso especial, além da divergência jurisprudencial, o recorrente apontou violação dos arts. 93, IX, Constituição Federal, 11, 373, I e II, e 489 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que não deve ser invertido o ônus da prova, pois apesar do ajuizamento da ação ao fundamento de se tratar de matéria ambiental, a presente demanda tem natureza meramente patrimonial.

Após a apresentação das contrarrazões, o recurso foi admitido.

É o relatório.

DECIDO.

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que determinou a inversão do ônus da prova em ação de indenização proposta em face de Santo Antônio Energia S.A. A ação originária fundamenta-se na alegação de que a construção de usina hidrelétrica no Rio Madeira causou prejuízos materiais e morais aos recorridos.

Verifica-se que a matéria de fundo se insere na competência das Turmas integrantes da Primeira Seção, conforme disposto no art. 9º, § 1º, VIII, do RISTJ.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA.

REDUÇÃO NA QUANTIDADE DE PEIXES NO RIO MADEIRA. CONEXÃO ENTRE AÇÕES. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA DOS PESCADORES. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO SUFICIENTE POR SI SÓ PARA MANTER O JULGADO, E NÃO ATACADO NAS RAZÕES DO APELO NOBRE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283 DO STF.

1. Cuida-se na origem de ação ordinária de indenização por danos materiais e morais contra Santo Antonio Energia S.A., em que os ora agravados alegam que são pescadores prejudicados pela implantação do projeto do complexo hidrelétrico do Rio Madeira, que inviabilizou o sustento de suas famílias em virtude da redução do pescado.

2. No que se refere à alegação de conexão entre esta demanda e a Ação Civil Pública proposta pelo Sindicato dos Pescadores Profissionais do Estado de Rondônia, para adotar qualquer conclusão contrária ao expressamente consignado no acórdão recorrido, no sentido de que não há conexão no caso ora em análise, é necessário o reexame de matéria de fato, o que é inviável em Recurso Especial, tendo em vista o disposto na Súmula 7/STJ.

3. Já no que se refere à ilegitimidade dos agravados, o Tribunal a quo consignou que a 'alegada ilegitimidade ativa dos agravados e passiva da agravante, não servem pra serem discutidas em agravo de instrumento por não impor ao agravante lesão grave e de difícil reparação, que é a finalidade deste recurso; além das alegações no sentido da ilegitimidade se confundirem com o mérito da ação, o que torna incabível sua apreciação via agravo de instrumento por configurar tentativa de supressão de instância' (fl. 638, e-STJ).

Contudo, esse argumento não foi atacado pela parte recorrente e, como é apto, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.

4. Ademais, 'o entendimento desta Corte Superior é pacífico no sentido de que as condições da ação, incluindo a legitimidade ad causam, devem ser aferidas in status assertionis, ou seja, à luz exclusivamente da narrativa constante na petição inicial. (AgRg no AREsp 655.283/RJ, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 10/3/2015, DJe 18/3/2015.) Agravo regimental improvido' (AgRg no AREsp 726.841/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 25/8/2015, DJe 2/9/2015). Aplicação da Súmula 83/STJ.

5. Agravo Regimental não provido."

(AgRg no AREsp 751.166/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 07/10/2016 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AÇÃO REPARATÓRIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. USINA HIDRELÉTRICA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TEORIA DA ACTIO NATA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO

FUNDAMENTADA NAS SÚMULAS 83 E 568/STJ (PRECEDENTE JULGADO SOB O REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS OU QUANDO HÁ JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA SOBRE O TEMA). MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. CABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - O entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em confronto com a orientação desta Corte, segundo o qual, o curso do prazo prescricional do direito de reclamar inicia-se somente quando o titular do direito subjetivo violado passa a conhecer o fato e a extensão de suas consequências, conforme o princípio da actio nata.

III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação.

V - Considera-se manifestamente improcedente e enseja a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 nos casos em que o Agravo Interno foi interposto contra decisão fundamentada em precedente julgado sob o regime da Repercussão Geral, sob o rito dos Recursos Repetitivos ou quando há jurisprudência pacífica de ambas as Turmas da 1ª Seção acerca do tema (Súmulas ns. 83 e 568/STJ).

VI - Agravo Interno improvido, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa."

(AgInt no REsp 1.720.316/MA, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 18/5/2018 - grifou-se).

Ante o exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais para a redistribuição do feito a uma das Turmas integrantes da Primeira Seção.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 12 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator